

## SIMPÓSIO AT190

# LEITURA E CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS COMO MEIO DE DESENVOLVIMENTO DA IGUALDADE RACIAL SOB UMA ANÁLISE REFLEXIVA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

DAL FIOR, Marcela Morais  
Mestranda em Ensino na Educação Básica (UFES/CEUNES)  
marcelinhadalfior@hotmail.com

**Resumo:** Refletir sobre a importância de discussões a respeito da diversidade em especial no campo educacional tornou-se cada vez mais constante e importante, pois os embates pelo reconhecimento das diferenças têm provocado a existência de políticas que demonstram resultados em função das lutas identitárias existentes no meio social, nesse sentido, este estudo justifica-se pela importância em estimular o desenvolvimento de práticas pedagógicas como a realização de leitura por meio da contação de história na educação infantil, visto que essa etapa da educação é desmemoriada pelo governo, sendo assim, o objetivo deste artigo é contribuir para que na educação infantil, os educadores sejam instigados a estimular nas crianças por meio da leitura/contação de história a desenvolver o respeito à diversidade. Para a realização desta pesquisa, necessitou-se de um estudo bibliográfico, no qual utilizou-se autores como Vygotsky (1998), que descreve sobre o processo de aprendizagem das crianças se permeia por meio da interação social, ainda a autora Gomes (2005), que aborda a respeito da diversidade racial. Nesse aspecto, é válido ainda compreendermos alguns conceitos que são importantes para o entendimento acerca da implementação de políticas públicas na educação, em especial na educação infantil, para que assim, por meio de práticas pedagógicas sejam desenvolvido no alunos a reflexão acerca do respeito as diferenças, além da desconstrução de estereótipos e preconceitos.

**Palavras-chave:** Educação Infantil, Literatura, Contação de histórias, Políticas Públicas, Diferenças Raciais

**Abstract:** Reflecting on the importance of discussions about diversity especially in the educational field has become increasingly constant and important, because the strikes for the recognition of differences have provoked the existence of policies that demonstrate results in function of the struggles of identity exist in the social environment, in this sense, this study is justified by the importance in stimulating the development of pedagogical practices such as reading through storytelling in children's education, since this stage of education is forgotten by the government, thus, the objective of this article is to contribute so that in educating children, educators are encouraged to stimulate in children through reading / storytelling to develop respect for diversity. In order to carry out this research, a bibliographic study was necessary, in which authors such as Vygotsky (1998), who describes the process of learning of children through social interaction, still author Gomes (2005), which addresses racial

diversity. In this regard, it is still valid to understand some concepts that are important for understanding the implementation of public policy in education, especially in early childhood education, so that through pedagogical practices students develop reflection on respect for differences, as well as the deconstruction of stereotypes and prejudices.

**Keywords:** Early Childhood Education, Literature, Storytelling, Public Policies, Race Differences

### À guisa de introdução

A educação é essencial ao ser humano, onde o mesmo por meio dos aspectos educacionais são possibilitados à adquirir conhecimento, interagir socialmente, além de promover aprendizagens que permitem ao indivíduo ingressar em um mercado de trabalho e participar de forma efetiva da sociedade. Nesse sentido, para haver o desenvolvimento de forma integral do indivíduo, vale considerar sobre alguns aspectos que norteiam o processo educacional e social do ser humano, dentre eles, numa conjuntura específica da educação infantil, levando em consideração a importância dessa fase na formação do homem, percebo a necessidade em verificar sobre a existência de políticas públicas que possibilite a superação das desigualdades, com foco nessa pesquisa sobre a desigualdade racial nessa etapa de ensino.

Vale considerar que, as discussões a respeito da diversidade tem sido mais constantes, em especial no campo educacional, onde os embates pelo reconhecimento das diferenças tem provocado a existência de políticas que demonstram as lutas identitárias existem no meio social. (PEREIRA e COSTA, 2015)

Movida pela inquietação constante em aprofundar o conhecimento a respeito das relações que norteiam a educação infantil, por estar altamente inserida nesse contexto, o objetivo deste artigo se baseia em contribuir para que na educação infantil sejam construídas práticas para a promoção da igualdade racial.

Destaco assim, a necessidade de compreendermos alguns conceitos que são importantes para o entendimento acerca da implementação de política públicas na educação, em especial na educação infantil.

## 1. Conceituando Políticas Públicas

Em virtude de um cenário educacional brasileiro repleto de indagações e questionamentos a respeito da falta de investimento do governo na educação, é importante compreender acerca do conceito de políticas públicas bem como a sua importância.

Sobre uma abordagem etimológica da origem da palavra políticas públicas, a forma mais viável de compreendermos o significado é analisá-la de maneira separada. Nesse aspecto, tomando por base a contribuição de Oliveira (2010, p. 1), o autor diz que: “Política é uma palavra de origem grega, *politikó*, que exprime a condição de participação da pessoa que é livre nas decisões sobre os rumos da cidade, a pólis”. E contribui ainda sobre o significado da palavra pública, deixando claro que: “é de origem latina, publica, e significa povo, do povo”, Oliveira (2010, p. 1). Dentro dessa perspectiva etimológica da palavra, política pública é então a participação popular nas decisões no que diz respeito à cidade.

A autora Souza (2003, p. 12) aponta algumas concepções dos fundadores das políticas públicas, e se refere a eles como sendo os “pais” da mesma, nesse sentido, a autora expõe a compreensão de políticas públicas na visão desses autores, onde que:

Para Mead (1995) política pública é campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas. Lynn (1980) a define como um conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell (1936/1958), ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

Diante dos conceitos abordados, pode-se concluir então que políticas públicas são ações desenvolvidas no âmbito governamental, destinadas à

sociedade podendo ter consequências positivas ou negativas, onde tais ações possuem influências na vida dos cidadãos.

## 2. Concepção e conceito de educação infantil

Para uma abordagem acerca do conceito de educação infantil, é relevante considerar algumas compreensões a luz da legislação, sendo assim, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9394/96 em seu Art. 29 define como sendo: “primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”.

Semelhante ao conceito da LDB 9394/96, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação infantil conceitua educação infantil como sendo:

Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. É dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção. (BRASIL, 2010, p. 12)

Torna-se relevante ainda conhecer a respeito da criança, bem como sobre como a mesma se desenvolve, sobre isso Vygotsky (1998) aponta que deve-se considerar a criança como um ser histórico, social e cultural e não apenas com um sujeito biológico.

Com abordagens na mesma perspectiva de Vygotsky, Santana (2006, p. 31) salienta que:

É com o outro, pelos gestos, pelas palavras, pelos toques e olhares que a criança construirá sua identidade e será capaz de rerepresentar o mundo atribuindo significados a tudo que a cerca. Seus conceitos e valores sobre a vida, o

belo, o bom, o mal, o feio, entre outras coisas, começam a se constituir nesse período.

Os Parâmetros Nacionais de Qualidade destaca sobre as possibilidades de aprendizagem que a interação proporciona à qualquer criança.

Crianças expostas a uma gama ampliada de possibilidades interativas têm seu universo pessoal de significados ampliado, desde que se encontrem em contextos coletivos de qualidade. Essa afirmativa é considerada válida para todas as crianças, independentemente de sua origem social, pertinência étnico-racial, credo político ou religioso, desde que nascem. (BRASIL, 2006, p. 15)

Dentre o exposto, pode-se perceber então que a educação infantil, é uma etapa da educação básica responsável pelo atendimento educacional de crianças de 0 a 5 anos e que a interação é importante e necessária para que esse público adquira conhecimento e se desenvolva de forma integral.

Sendo assim, pode-se compreender que a identidade se constrói por meio das relações entre o indivíduo e sociedade, conforme ressalta Cuche (1999, p. 5) que “A identidade é sempre uma concessão, uma negociação entre uma ‘auto-identidade’ definida por si mesmo e uma ‘hetero-identidade’ ou uma ‘eixo-identidade’ definida pelos outros”.

Em se tratando do desenvolvimento da identidade como forma de negociação, existe a questão ainda de que é por meio da literatura infantil que a criança se percebe em relação a suas características físicas, correlacionando às dos personagens, de maneira a contribuir positivamente, no sentido do aumento da autoestima.

Contudo, em relação a criança negra isso acontece de forma diferente nas escolas, Araújo e Moraes (2014, p. 3; apud Cavalleiro, 2005; Santana, 2006) diz que “a criança negra, em geral, nega-se perante o outro por não perceber na historiografia oficial a história do seu povo e seus aspectos culturais, principalmente, pela invisibilidade da sua cultura no currículo escolar e nos materiais didáticos.”

### **3. Importância da implementação da lei 10.639/03 como política pública: suas implicações na educação infantil**

No entendimento de que a instituição escolar é um espaço no qual pessoas de diversas classes sociais, culturais e etnias estão inseridas num mesmo contexto, dispendo assim a escola de uma pluralidade cultural (LEAL et al, 2014). Sobre a escola, Rocha (2006) destaca que a mesma realiza a reprodução do racismo, e diante disso é o espaço que melhor proporciona a desconstrução de estereótipos que abrange a população afro-brasileira e auxilia na consolidação de uma sociedade realmente democrática.

Araújo (2017, p. 80) descreve sobre a importância de leis que atuam na promoção e valorização, inclusão, além do combate à discriminação:

Se a escola é capaz de exercer tal influência sobre a formação identitária dos sujeitos nela inseridos, é possível concordar com a responsabilidade no combate a toda forma e discriminação tem também sua força de ação no interior da própria escola. Neste sentido, leis que buscam promover a valorização, inclusão ou combate à discriminação são fundamentais no processo de reconhecimento das diversas identidades e sujeitos que compõem a sociedade.

Diante disso, considerando a importância do ensino na educação infantil, é imprescindível abordar sobre a diversidade étnico-racial nessa etapa de ensino. Isso é possível através da contação de histórias por meio de literatura infantil afro-brasileira.

Barretos (2010, p. 5) salienta que:

Para o pequeno leitor, as histórias infantis, como as fábulas, os contos de fadas, propiciam o desenvolvimento cognitivo por meio do processo de representação e construções simbólicas. No caso da literatura de temática afro-brasileira contribui para reflexões que rompem com uma visão construída sob o fundamento das

desigualdades, construindo uma visão sob uma base de valorização da diversidade.

Em vista dos argumentos apresentados, pode-se compreender sobre a importância de utilizar estratégias didáticas como a contação de histórias que contemple a literatura afro-brasileira como meio de quebra de estereótipos que venham a possibilitar a criança, em especial a criança negra, a sua valorização como ser humano, pautada no respeito, proporcionando-as a se relacionarem de maneira harmônica, na perspectiva assim da desconstrução de preconceitos que ainda se fazem altamente presente na sociedade brasileira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando por base as abordagens realizadas, pode-se concluir que as políticas públicas, que são as ações que o governo faz, são importantes e necessárias na educação, em especial na educação infantil, visto que por meio delas são implementadas melhorias no âmbito educacional, como por exemplo a criação da Lei 10.639/2003, que determina sobre a inclusão da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” de forma obrigatória na educação brasileira.

Ressalto ainda a importância dos docentes realizarem uma reflexão acerca das práticas pedagógicas que são desenvolvidas em sala, nessa perspectiva da relações étnico-raciais, e que essas reflexões sejam convertidas em ações que promovam nos alunos o respeito as diferenças além da desconstrução de estereótipos e preconceitos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Débora Oyayomi. **Personagens negras na literatura infantil: o que dizem crianças e professoras**. Curitiba: CRV, 2017.

ARAÚJO, Jurandir de Almeida; MORAIS, Rossival Sampaio. **A relevância em se trabalhar a literatura infantil afro-brasileira na educação infantil**. *Africanias.com*. v. 5, 2014.

BARRETOS, R. C. **Leitura e formação identitária na literatura infantil afrobrasileira**. Anais. II Seminário Nacional em Estudos da Linguagem, Diversidade, Ensino e Linguagem. Cascavel: UNIOESTE, 2010.

BRASIL, **LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL Nº 9.394/96**. Ministério da Educação e do Desporto: Secretaria da Educação Fundamental: Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010. Disponível em: < <http://ndi.ufsc.br/files/2012/02/Diretrizes-Curriculares-para-a-E-I.pdf> > acesso em: 10 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil. Secretaria de Educação Básica: Brasília, 2006.

CUCHE, Denys. **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais**. Lisboa: Fim de Século, 1999.

LEAL, Letícia Feliz Oliveira et al. **A Lei 10.639/03 na educação infantil: trabalhando com a diversidade étnico-racial através da contação de história**. Cadernos Imboeiros. João Pessoa, v. 3, n. 2, 2014.

OLIVEIRA, Adão Francisco. **Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática**. 2010. Disponível em: <[http://www.aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/169363/mod\\_resource/content/2/OLIVEIRA-Pol%C3%83-ticas%20p%C3%83%C2%BAblicas%20educacionais....pdf](http://www.aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/169363/mod_resource/content/2/OLIVEIRA-Pol%C3%83-ticas%20p%C3%83%C2%BAblicas%20educacionais....pdf)> acesso em 30 jun 2018.

PEREIRA, Amilcar Araújo; COSTA, Warley da, (Orgs). **Educação e diversidade em diferentes contextos**. Rio de Janeiro: Pallas, 2015.

ROCHA, L. C. P. **Políticas afirmativas e educação: a lei 10639/03 no contexto das políticas educacionais no Brasil contemporâneo**. Dissertação de mestrado. Mestrado em Educação e Trabalho/UFPR, Paraná, 2006.

SANTANA, P. S. Educação Infantil. BRASIL, Ministério da Educação/ Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006. p. 30-49.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa**. Caderno CRH, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.